

Leonardo Tullio  
(Organizador)



# Fronteiras para a Sustentabilidade 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Leonardo Tullio  
(Organizador)



# Fronteiras para a Sustentabilidade 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| F935  | Fronteiras para a sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Fronteiras para a Sustentabilidade; v. 2)<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.<br>Modo de acesso: World Wide Web.<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-85-7247-873-1<br>DOI 10.22533/at.ed.731192312<br><br>1. Meio ambiente – Preservação. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Tullio, Leonardo. II. Série<br><br>CDD 363.7 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Fronteiras para a Sustentabilidade” aborda em seu segundo Volume uma apresentação de 9 capítulos, no qual os autores tratam as mais recentes e inovadoras pesquisas voltadas para a área de Sustentabilidade. Tema tratado com abordagem sistemática envolvendo o desenvolvimento de comunidades e sua gestão, a fim de tornar sustentável.

Explorar o território necessita de rumos que tracem caminhos visando o bem-estar da comunidade e principalmente o cuidado da natureza, ser sustentável requer superar obstáculos e aprimorar técnicas sem agredir o meio ambiente. Um bem fundamental para a sobrevivência são os recursos hídricos, no qual devem ser preservados para as gerações futuras, sua qualidade interfere no desenvolvimento de um povo e região. A exploração da natureza e seus recursos estão cada vez mais comprometidos devido ao crescimento das grandes cidades, ao passo que sua conservação nem sempre é a mais sustentável.

A necessidade de estratégias governamentais para a sustentabilidade do planeta é sem dúvida o rumo certo, porém a conscientização humana é o que garante o sucesso na preservação ambiental. Novas tecnologias estão sendo tentadas em diversas áreas, desde o campo até a cidade, para evidenciar os benefícios de ser sustentável sem agredir o meio ambiente.

Conhecer casos de sucesso e estudar sobre futuras pesquisas é o propósito deste e-book, levar conhecimento também é ser sustentável, desenvolver estratégias é superar fronteiras e cada vez mais pensar no futuro.

Seja diferente, pense diferente e comece agora, agir com propósitos sustentáveis pensando nas gerações futuras. Bons estudos.

Leonardo Tullio

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| MODELOS ESTRUTURAIS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL  |           |
| Wilson José Figueiredo Alves Junior   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923121</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>16</b> |
| GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PERCEPÇÃO DOS ATORES EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS E PROJETOS NO LITORAL PARANAENSE     |           |
| João Rafael Deron   |           |
| Valdir Frigo Denardin   |           |
| Alan Ripoll Alves   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923122</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>28</b> |
| BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS POMBAS, LITORAL DO PARANÁ, BRASIL: TRAJETÓRIAS, VIVÊNCIAS E PROBLEMAS AMBIENTAIS                              |           |
| Maristela Candido   |           |
| Liliani Marília Tiepolo   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923123</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>41</b> |
| MONITORAMENTO PESQUEIRO NO LITORAL DO PARANÁ  |           |
| Mayra Jankowsky   |           |
| Jocemar Tomasino Mendonça   |           |
| Diego Morroni   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923124</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>56</b> |
| RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES: CASO DA COMUNIDADE PALMITAL 43, MUNICÍPIO DE MATO RICO, PARANÁ, BRASIL                                 |           |
| Fernando Henrique Villwock  |           |
| Jefferson de Queiroz Crispim  |           |
| José Antônio da Rocha   |           |
| Tiago Vinicus Silva Athaydes  |           |
| Alesson Lopes Soares  |           |
| Dener Elivelton Ciboto  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923125</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>68</b> |
| ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O ROTEIRO 'VERDE QUE TE QUERO VERDE' DE CAMPO MAGRO/PARANÁ (BRASIL) |           |
| Clotilde Zai  |           |
| Cicilian Luiza Löwen Sahr   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7311923126</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>85</b> |
| OS CUSTOS DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO JOVENS PARA A POLÍTICA DE SAÚDE EM CINCO CIDADES DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ                   |           |
| Diuslene Rodrigues da Silva   |           |

**DOI 10.22533/at.ed.7311923127**

**CAPÍTULO 8 ..... 93**

SELEÇÃO DE CULTIVARES DE SOJA PARA A TOLERÂNCIA AO ESTRESSE HÍDRICO

Rogério do Carmo Cabral

Kátia Cristina da Silva

Fábio Steiner

**DOI 10.22533/at.ed.7311923128**

**CAPÍTULO 9 ..... 105**

TOLERÂNCIA DE CULTIVARES DE SOJA À TOXICIDADE DE ALUMÍNIO

Rogério do Carmo Cabral

Kátia Cristina da Silva

Fábio Steiner

**DOI 10.22533/at.ed.7311923129**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 118**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 119**

## GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PERCEPÇÃO DOS ATORES EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS E PROJETOS NO LITORAL PARANAENSE

**João Rafael Deron**

Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral - Matinhos - PR

**Valdir Frigo Denardin**

Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral - Matinhos - PR

**Alan Ripoll Alves**

Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação - Curitiba - PR

**RESUMO:** A abordagem do desenvolvimento territorial no meio rural e as dinâmicas territoriais nele envolvidas geralmente está baseada em relações entre os seus principais atores. O objetivo do trabalho é apresentar algumas considerações sobre a participação dos atores em conselhos no Litoral do Paraná. Para a obtenção dessas informações, foram utilizadas técnicas de natureza qualitativa, as quais se desenvolveram através de estudo de caso. A coleta de dados foi feita principalmente por meio de entrevistas, realizadas com líderes, dirigentes ou técnicos das organizações que atuam no meio rural do litoral paranaense. Após a sua análise, observou-se que há uma grande dificuldade de encontrar pessoas dispostas a integrar e participar efetivamente dos conselhos, projetos ou mesmo de reuniões. Conclui-se, levando em consideração os elementos teóricos e empíricos envolvidos na

questão da governança territorial local, que as organizações públicas e os conselhos estão distantes das condições tidas como necessárias para a implementação de uma participação efetiva voltada ao desenvolvimento territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Territorial; Governança Territorial; Participação; Atores.

### GOVERNANCE AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: ACTORS PERCEPTION TO PARTICIPATE IN COUNSELS AND PROJECTS IN PARANAENSE COAST

**ABSTRACT:** The approach of territorial development in rural areas and as territorial dynamics are often used in relations between the main actors. The objective of this paper is to present some considerations about the participation of the actors in councils in the Paraná Coast. To obtain this information, qualitative techniques were used, such as those developed through the case study. Data collection was mainly done through interviews with leaders, leaders or technicians of organizations operating in the rural coast of Paraná. After your analysis, use a great deal of difficulty finding people willing to effectively integrate and participate in councils, projects or even meetings. Concluded, taking into consideration the theoretical and empirical elements involved in the issue of local territorial governance, which, like the public and

the councils, are far from the conditions considered as required for the execution of an effective participation focused on territorial development.

**KEYWORDS:** Territorial Development; Territorial Government; Participation; Actors

## 1 | INTRODUÇÃO

A abordagem do desenvolvimento territorial, em especial aqui tratado no meio rural, emerge com força de acordo com as recentes mudanças climáticas, econômicas e políticas, uma vez que as dinâmicas territoriais se dão a partir das relações entre os atores e seus recursos.

Surge assim a necessidade de compreender como a articulação dos atores pode dar sustentação aos processos de desenvolvimento, para tanto faz-se necessária a abordagem de alguns pontos acerca desta temática.

Sampaio (2011) retrata que o Litoral do Paraná possui uma diversidade de experiências que permitem diante dos desafios conciliar desenvolvimento e conservação ambiental, proporcionando refletir sobre várias teorias, abordagens e realidades. e interações entre sistemas sociais e ecológicos onde a população interage com a natureza e na própria relação entre os seus habitantes.

Diante da grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica falar ou propor alternativas de produção e/ou organização da agricultura familiar não somente no Litoral do Paraná mas como em todo o meio rural do país se constitui de desafio, principalmente quando levamos em consideração as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento.

De tal modo, o enfoque territorial tornou-se o foco das políticas públicas de desenvolvimento rural. De fato, a abordagem territorial oferece outra perspectiva para o desenvolvimento, onde os diferentes atores locais são convidados a pensar e decidir sobre o seu próprio futuro, suas demandas, seus projetos e forma de gestão das iniciativas (GIORDANO DELGADO et al, 2007).

Desta maneira a avaliação dos dispositivos de governança territorial se torna cada vez mais um desafio para a pesquisa, especialmente quando ela organiza os atores para tratar sobre políticas públicas.

O objetivo da pesquisa foi de identificar e analisar ações de governança territorial na esfera dos atores públicos, privados e mistos, no meio rural do Litoral do Paraná, que contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável na região. Neste capítulo procuramos apresentar algumas considerações sobre a participação dos atores em conselhos no Litoral do Paraná.

## 2 | METODOLOGIA

Foram utilizadas técnicas de uma pesquisa qualitativa, a qual se desenvolveu através da análise de estudo de caso, justificada pela necessidade de uma abordagem

que possibilite o entendimento de problemas complexos e que ao mesmo tempo possa ser feita em profundidade. Conforme Yin (2001, p. 21) “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Do mesmo modo, conforme abordado por Gil (2008) tomamos a pesquisa como exploratória pois foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato e realizada quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A coleta e produção de informação secundária e primária foi feita principalmente por meio de entrevistas feitas com 3 atores representados por líderes, dirigentes ou técnicos das organizações, as quais atuam no meio rural do litoral Paranaense, o qual foi adotado como recorte espacial por consistir em um espaço geográfico complexo, heterogêneo e repleto de dinâmicas socioeconômicas e socioambientais que dão origem a grandes contradições.

### **3 | GOVERNANÇA TERRITORIAL: A AÇÃO DE ATORES NA SUA CONJUNTURA**

O desenvolvimento territorial demanda planejamento e coordenação de diferentes iniciativas públicas, estas podendo ser governamentais ou não governamentais, que articulem diferentes maneiras a mantê-las coerentes com a estratégia de desenvolvimento negociada e moldada pelos diferentes atores que fazem parte do território.

No litoral paranaense conforme menciona Sampaio (2011), o território possui vulnerabilidade socioeconômica devido às ausências históricas de políticas públicas, o que, evidentemente, não contribuiu para o fortalecimento da cidadania e do tecido social caracteristicamente marcado pela identidade territorial. Tal panorama compromete a perspectiva de futuro quanto ao desenvolvimento territorial sustentável construído por e para quem vive e, ainda, viverá no local.

Bandeira (1999) enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação dos atores para ações que promovam o desenvolvimento. Para que isso ocorra seria necessário a criação de mecanismos que possibilitem uma participação mais direta das comunidades nas formulações, no detalhamento e na implementação de políticas públicas. O autor afirma que tornou-se usual a criação de mecanismos para acompanhar a execução de programas específicos a nível municipal, estadual e federal, contando com a presença de segmentos da sociedade civil.

Com relação ao atores envolvidos neste processo de desenvolvimento o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2005) descreve que esses devem ser agentes de mudanças no processo de desenvolvimento e não meros espectadores. A participação é um processo onde os atores envolvidos influenciam e compartilham na formação de consensos, de tomada de decisões e na aplicação dos recursos de um determinado projeto.

E a participação dos atores segundo o MDA (2005) não acontece de forma espontânea, ela deve ser promovida e estimulada durante todo o processo. Para isso, ela deve ser monitorada e seus efeitos devem ser periodicamente avaliados. Implicando na necessidade de planejar o processo de participação, montando uma estratégia de ação e, em seguida, definindo os mecanismos a serem adotados.

O conceito de governança territorial é bastante discutido, porém ainda pouco sistematizado. Cabe a este refletir sobre as relações entre a sociedade civil (empresas, associações e atores locais), e o Estado, para indicar o melhor caminho dentro de um planejamento do desenvolvimento Territorial.

Segundo Dallabrida (2015, 2016) dentro da acepção da governança territorial e seus elementos conceituais com referência a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais através de características de inovação, partilhamento, colaboração e horizontalização, deve-se destacar a relação entre atores diversos, representando agentes estatais e empresariais, representantes da sociedade civil e atores do território.

Para compreender a governança territorial, como ferramenta de planejamento para o desenvolvimento, é essencial entender que ela trata de processos que ocorrem nos territórios, onde se mesclam relações de conflitualidade e cooperação (DALLABRIDA, 2016).

Saquet (2016, p. 9) menciona que “as concepções de governança e governança territorial assumem centralidade, pois o desenvolvimento também significa gestão e/ou autogestão, planejamento, participação, conflitos, decisões, cooperações, disputas e etc.”.

Do mesmo modo, Pires et al. (2001) afirma que a governança na sua dimensão territorial leva em conta as articulações e interdependências entre os atores em suas formas de coordenação horizontais e verticais nas ações públicas e nos processos econômicos e sociais do território.

Santos (2016) menciona que para atingir objetivos estratégicos ligados a arranjos de governança é fundamental a compreensão de programas voltados para o desenvolvimento rural, assim como é imprescindível analisar a ação coletiva na comunidade e a relação entre interesses comuns e individuais, uma vez que a comunicação entre os atores, comunidade e ambiente estabelecem a forma como as ligações são constituídas.

#### **4 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONCEITOS E VARIAÇÕES BÁSICAS**

O debate sobre o conjunto de questões que envolvem o crescimento e desenvolvimento vêm se apresentando há algumas décadas. Para Furtado (2004) desenvolvimento era mais que somente acumulação e aumento de produtividade.

Furtado (2004) descreve ainda que essa transformação resulta de uma opção política orientada de modo que possa formar estruturas para assumir esse processo

de crescimento econômico e social. Neste contexto, o desenvolvimento em sua visão se caracteriza pelos projetos sociais subjacentes, em que os recursos são utilizados para priorizar investimentos na melhoria das condições de vida da população, tornando crescimento em desenvolvimento.

Para Sen (2000) as pessoas devem ter, por exemplo, a liberdade de entrar no mercado de trabalho, saciar a fome, ter acesso a água potável e ao saneamento básico, vestir-se, possuir moradia. O autor deste modo, defende que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A expansão das liberdades (instrumentais e substantivas), que asseguram melhoria das condições de vida, é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Liberdade, neste sentido, é o que o desenvolvimento promove.

Abramovay (2010) menciona que vários elementos de estratégia de desenvolvimento sustentável podem ser encontrados em políticas governamentais ou em práticas propostas por instituições públicas, privadas e sociedade civil. No entanto, para alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso um horizonte estratégico entre os atores e o seu envolvimento tendo como foco a cooperação.

Embora haja iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável, deve-se ainda consolidar uma maior participação ativa nesse processo, que vá além da mera comparação entre o crescimento econômico e os limites ambientais.

Deste modo, a abordagem territorial torna-se necessária para explicar as dinâmicas dos processos de desenvolvimento. Torna-se imprescindível compreender que são necessários pelo menos dois elementos para que ele ocorra: um seria o espaço/território onde estão os recursos e outro, seriam os múltiplos atores que compõem este espaço, os quais estão imbricados em diversas relações, sejam elas culturais, econômicas ou políticas. Essas relações devem garantir aos atores o compartilhamento da gestão dos interesses públicos os quais devem estar alinhados a um ponto em comum que busque construir um desenvolvimento que compreenda a dimensão político-institucional.

Pecqueur (2009) manifesta que a abordagem territorial passa a existir de múltiplas formas, manifestando-se em função dos contextos produtivos, estando presente nas cidades e no meio rural, em economias de países industrializados e nas do Hemisfério Sul, onde se identifique a importância quantitativa dos modos de organização territorial.

Falamos tanto em abordagem territorial, mas o que seria um território e qual sentido teria este conceito? Primeiramente evidenciamos que é enorme a multiplicidade dos sentidos que o segue. Compreender isso é essencial para um melhor entendimento da lógica do desenvolvimento Territorial.

O território torna-se assim um dos pontos principais para compreensão dos processos de desenvolvimento, tanto pelo espaço definido pelos recursos quanto também pelo estabelecimento de um grupo de indivíduos em determinado ambiente e o seu poder de apropriação e principalmente de pertencimento enquanto atores.

Segundo Saquet (2009), o espaço geográfico é apresentado como a grande

categoria algo universal, presente na formação dos lugares junto ao tempo. O território por sua vez teria destaque nas correlações, ora com as redes e relações de poder, ora com a paisagem e o próprio espaço geográfico.

Para tratar território e sua relação com o desenvolvimento territorial, Pecqueur (2005) diferencia território dado de território construído, sendo o território dado como a porção de espaço que é objeto de observação, no qual ele é pré-existente ou território institucional, como por exemplo, a região, o município, o estado, enquanto o território construído é o resultado de um processo dos atores, ou seja, ele é constatado posteriormente, não sendo encontrado em todos os lugares; estes dois conceitos também convivem.

Pecqueur (2009), nesta mesma linha de pensamento considera que “[...] o território não é somente um espaço postulado e pré-delimitado, no qual se desenvolvem dinâmicas específicas[...]”. O território é, também, e talvez, sobretudo, o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores.

Haesbaert (2006, p. 40) faz uma síntese e define que o território pode ser dividido em quatro vertentes: 1) a política, no sentido das relações espaço-poder ou jurídico-político. Nesta concepção o “território é visto como espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder”; 2) a cultural ou simbólico-cultural, na qual “o território é visto como espaço de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; 3) a econômica, perspectiva que tem “o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” e; 4) a naturalista, “que utiliza a noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza”.

Haesbaert (2007, p. 20) ao mencionar que “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Assim poderíamos descrever que esse poder mais tradicional estaria ligado a força ou ordem, ou seja, ao território dado, e o poder no sentido mais simbólico da apropriação estaria mais atrelado a um processo subjetivo de um território construído pelas relações entre os atores.

Assim vemos que o território está diretamente ligado entre a natureza e a sociedade e que em todas as atividades de nossas vidas os processos sociais são multiescalares e multitemporais, ou seja, o espaço e o território não estão separados, um está no outro (SAQUET, 2009).

Saquet (2009) ainda deixa claro em suas considerações que existem diferenças culturais, políticas e desigualdades econômicas entre os indivíduos e unidades produtivas e que reconhecer estas diferenças é essencial. Esse reconhecimento fundamenta estudos e projetos para o desenvolvimento, ou seja, para a valorização dos lugares, das diferenças de ritmos e saberes locais, para a preservação da natureza, autonomia e qualidade e valorização da vida.

Assumimos assim que há necessidade de entender que existem grandes

desafios nos territórios, sejam eles no plano ambiental, social, cultural, econômico e especialmente no plano político-institucional quando se pensa o desenvolvimento.

A partir das visões destacadas pelos autores sobre o território e desenvolvimento territorial e sua relação com os recursos e seus atores, cabe destacar que o envolvimento dos agentes é de fundamental importância nesta transformação, principalmente para pensar novas possibilidades que não sejam apenas economicistas, afim que se tenha de um verdadeiro desenvolvimento. E que para que isso possa ocorrer deve haver mobilização dos atores para um processo de desenvolvimento com diferentes estratégias, sendo uma delas a governança territorial, a articulação dos atores em prol de ações conjuntas para colocar um território em movimento.

## 5 | LITORAL DO PARANÁ - UMA SÍNTESE SOBRE O ESPAÇO EM ANÁLISE

Conforme apontamentos anteriores sobre a necessidade de se fazer uma abordagem territorial mostra-se fundamental conhecermos um pouco mais sobre a área de estudo, no caso o Litoral do Paraná.

Situado a leste do Estado, o litoral compreende parte da Serra do Mar e a Planície Costeira. Tem como limite ao norte o Estado de São Paulo, e ao sul o Estado de Santa Catarina, a oeste a Serra do Mar e a leste o Oceano Atlântico.

Quanto a área física, o Litoral compreende 6.057,2 Km<sup>2</sup> entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, e distribuído em sete municípios: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, sendo Guaraqueçaba o maior deles, com área de 2.020,1 Km<sup>2</sup> e Matinhos o menor, com área de 117,7 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), representando apenas 3% da superfície do Estado do Paraná. Segundo Pierri et. al. (2006, p. 144) até meados do século XVII, toda esta área pertencia ao estado de São Paulo, ocorrendo o primeiro desmembramento do município de Paranaguá em 1648 e Pontal do Paraná como o último município criado em 1997.

Levando em consideração as atividades produtivas podemos destacar que é possível dividir o território em três grupos conforme suas especificidades naturais: os portuários (Paranaguá e Antonina); os rurais (Morretes e Guaraqueçaba); e os praiano-turísticos (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná). Porém a autora não nega a existência de outras atividades em cada município (ESTADES, 2003).

Pierri (2006, p. 165) menciona que o processo histórico ocorrido desde a colonização até o momento atual do litoral do Paraná deu a esta região significados e papéis distintos por meio dos espaços ocupados e os seus usos.

Diante deste cenário, Denardin et al. (2008) afirmam que cerca de 82,48% do litoral paranaense está coberto por Unidades de Conservação (UCs) e/ou áreas protegidas. Entre os municípios que o compõem, merecem destaque Guaraqueçaba, com 98,76% de seu território coberto por UCs e/ou áreas protegidas, Guaratuba com 98,47% e Antonina com 85,32%. Referente ao número de UCs, até outubro de 2007, o Litoral do Paraná possuía 31 unidades, sendo 4 federais e 27 estaduais, destas 23 são

consideradas de proteção integral e 4 de uso sustentável. Entre as modalidades de UCs, destacam-se os parques estaduais (7) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) estaduais (13).

Sampaio (2011) ressalta que o litoral paranaense compõe uma das franjas aluviais, senão continentais, mais contínuas de Floresta Atlântica, decorrente de uma política de criação de Unidades de Conservação federais e estaduais.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2013) caracteriza o litoral paranaense por uma subdivisão que concentra grande extensão destinada à preservação ambiental, juntamente com pequenas áreas que tradicionalmente sobrevivem de atividades extrativistas e, gradativamente, incorporam novos cultivos ao lado de produtos de valor local.

Esta condição favorável de conservação ambiental que podemos notar é fruto de alguns fatores como dificuldade de uso e ocupação do território; área de serra e potencial agrícola do solo não tão apta ao uso agropecuário, juntamente com uma prática de gestão ambiental federal e estadual com a implantação de programas de conservação para o Litoral.

## 6 | RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento territorial demanda planejamento e coordenação de diferentes iniciativas públicas, estas podendo ser governamentais ou não governamentais, que articulem diferentes maneiras a mantê-las coerentes com a estratégia de desenvolvimento negociada e moldada pelos diferentes atores que fazem parte do território.

No litoral paranaense conforme menciona Sampaio (2011), o território possui vulnerabilidade socioeconômica devido às ausências históricas de políticas públicas, o que, evidentemente, não contribuiu para o fortalecimento da cidadania e do tecido social caracteristicamente marcado pela identidade territorial. Tal panorama compromete a perspectiva de futuro quanto ao desenvolvimento territorial sustentável construído por e para quem vive e, ainda, viverá no local.

Deste modo, no processo de governança local, a gestão pública deve preferencialmente proporcionar relacionamentos entre atores que incentivem a promoção e o suporte a iniciativas de desenvolvimento. Deste modo, levando em consideração as observações feitas notamos a ausência de ações conjuntas, voltadas para a integração de estratégias.

No litoral paranaense há vários atores que atuam neste território, dentre eles associações, cooperativas comunitárias, conselhos, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como ONGs.

Segundo Cecil et al. (2014) vários espaços de participação se estruturaram durante nas últimas décadas no Litoral do Paraná, a citar: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), como o de Antonina; o Conselho Regional de

Desenvolvimento Rural, do Artesanato e da Pesca do Litoral do Paraná (CORDRAP); o Colegiado do Território da Pesca e Aquicultura do Litoral do Paraná (COTEPAL), a Agência de Desenvolvimento do Turismo do Litoral (ADETUR), os Conselhos de Unidades de Conservação como o Conselho do PARNA de Superagui, criado em 2005, e do PARNA de Saint-Hilaire/ Lange, em 2008. Segundo a análise de Maya et al. (2013) estes conselhos se mostraram como espaços de fortalecimento da participação social na região, e possibilitaram a ampliação da participação social nas políticas públicas do território.

Bandeira (1999) enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação dos atores para ações que promovam o desenvolvimento para que isso ocorra seria necessária a criação de mecanismos que possibilitem uma participação mais direta das comunidades nas formulações, no detalhamento e na implementação de Políticas Públicas. O autor afirma que tornou-se usual a criação de mecanismos para acompanhar a execução de programas específicos a nível municipal, estadual e federal, contando com a presença de segmentos da sociedade civil.

No tocante a participação em projetos ou conselhos percebemos que algumas das dificuldades enfrentadas são a baixa participação e a pequena capacidade dos atores/ instituições de se sentirem parte dos projetos e conselhos. Notamos que há uma grande dificuldade de encontrar pessoas dispostas a integrar e participar efetivamente dos conselhos ou mesmo de reuniões, sejam elas promovidas pelos próprios conselhos, associações, instituições públicas ou mesmo de orientação técnica. Isto foi perceptível pelos relatos registrados durante as entrevistas:

[...] na prática eles não tem interesse, a gente vê pouca participação, nos conselhos municipais de desenvolvimento por exemplo a gente vê que é difícil a participação deles[...]é muito difícil, existe lá o nome deles e tudo mas não participa, a participação é muito pequena. (ATOR 01)

[...] o conselho nada mais é do que um reflexo da sociedade né, então nas instituições eu também vejo isso, muitas instituições não participam, só quando você fala, cara vai ter uma votação importante, 'assim assim assado', aí o cara vem, ele não tá com aquele compromisso de estar sempre nas reunião e de estar construindo alguma coisa legal, só quando tem uma pessoa dentro naquela instituição, mesmo que aquela instituição não tenha essa visão, mas a pessoa tem aí participa um pouco mais. (ATOR 03)

Bandeira (1999), discute que são poucas as organizações ou instituições que conseguem reunir diferentes segmentos em uma escala territorial, as existentes normalmente acabam possuindo uma tendência construírem agendas voltadas a temas diretamente relacionados a um contexto de questões meramente administrativas.

Cecil et al. (2014) notaram que no litoral paraense essa realidade está presente conforme apontam:

[...] gradativamente e por motivos diversos, a atuação conjunta dos conselhos

começou a perder força. Também a atuação cooperada entre as diversas instituições atuantes na região perdia consistência e tornava-se menos integrada. A dispersão das agendas por dificuldades de estabelecimento coletivo de calendários de reuniões, as peculiaridades individuais de cada conselho e suas dificuldades logísticas na realização dos encontros, a redução da intencionalidade de se convergir agendas de debates por questões políticas ou outras menos evidentes e, ainda, a dificuldade do aprofundamento maior de diálogos e de busca de convergências e aproximação de políticas públicas, a cada dia mais demandantes de participação social, reduziram de forma lenta, mas constante, as predisposições ao debate intersetorial, ao menos da forma como ele vinha se dando até então. A aproximação entre os conselhos se enfraqueceu e, na mesma medida, as discussões se fragmentaram em diversos espaços, perdendo sua força de coletividades, e reduzindo, assim, as oportunidades de cooperação e convergência (CECIL et al., 2014, p. 33).

Outro fator importante percebido quando falamos de participação, principalmente quando tratamos do meio rural, é que a maioria dos atores envolvidos em conselhos são servidores públicos, sendo eles: efetivos, de cargos de confiança ou políticos. Deste modo, quando são realizadas reuniões, normalmente estas são marcadas em dias e horários comerciais, dificultando a participação de atores não diretamente envolvidos com o setor público, conforme vemos no relato:

O produtor ele não se dispõe, 'não eu não vou lá' a reunião é coordenada pelo ÓRGÃO X é sempre durante o dia, e tem muito funcionário público né, tem o representante da câmara, tem da secretaria da agricultura, tem o ÓRGÃO Y, o ÓRGÃO W, são os órgãos assim, os cara vai porque ele é funcionário e ele tá dentro do horário dele, mas os outros representantes eles vão de livre e espontânea vontade né, é uma contribuição, e daí o produtor que nem vamo dizer que hoje abriu o sol tem reunião lá de tarde, o cara não vai largar a produção dele pra ir numa reunião lá, é de interesse da produção pra melhorar, pra sugerir, debate os problemas da comunidade, mas não dá o seu tempo pra isso (ATOR 02).

Nesse sentido, de maneira a enfrentar o desafio de tornar a participação um processo mais sólido e efetivo, nota-se que é importante essa integração das agendas e para isso acontecer, o território onde elas estão inseridas e a relação entre as diferentes políticas públicas incidentes neste mesmo território devem ocorrer de forma conjunta.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os elementos teóricos e empíricos envolvidos na questão da Governança Territorial, percebemos que as organizações públicas e os conselhos estão distantes das condições necessárias para a implementação de uma participação efetiva voltada ao desenvolvimento territorial.

É necessária uma participação integrada entre sociedade civil organizada, poder público e iniciativa privada para se superar os desafios e proporcionar um desenvolvimento, além disso, é preciso criar uma agenda que seja possível de ser executada, considerando a viabilidade dos atores envolvidos como por exemplo:

Universidades, Órgão Ambientais, de Fiscalização, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Prefeituras, CMDRs, entre outros.

Concluimos que diante do cenário apresentado que há necessidade de se fomentar e apoiar a participação da sociedade e criar mecanismos que incentivem e articulem os atores de todos os níveis. Temas importantes como a participação social e a atuação em programas voltados a diminuição das desigualdades no ambiente rural precisam fazer parte do cotidiano do pensar e agir estrategicamente das instituições.

Porém, destacamos que um dos grandes desafios para esta construção consiste em mobilizar os agentes em prol de objetivos comuns, ou seja, agendas de interesse comum.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos estudos - CEBRAP [online]**. 2010, n.87, pp.97-113. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200006>.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**, Brasília, IPEA, 1999.

CECIL, M.; MELLINGER, L. L.; SILVA, M. D.; LIMONT, M.; PADILHA, R. G.; PEREIRA, L. A. Os Conselhos de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Região da APA de Guaraqueçaba: Relações, Sobreposições e Perspectivas. **Biodiversidade Brasileira**, 4(1): 29-46, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/revistaelectronica/index.php/BioBR/article/view/336>

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 2, n. 1, p. 304-328, 2015. Disponível em: <[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_215\\_a04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. 1ª. ed. São Paulo: Editora LiberArs, 2016. v. 1. 101p .

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 184–198, 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/466>>.

DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F. C.; SULZBACH, M. T. ; RIBAS, C. P.; PICCIN, H.; KOMARCHESCKI, R. ; HERNANDES, C. C. . Agroindústria Familiar no Litoral Paranaense: o caso das Casas de Farinha. In: Valdir F. Denardin; Cinthia M. de Sena Abrahão; Diomar Augusto de Quadros. (Org.). **Litoral do Paraná: Reflexões e Interações**. 1ed.Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011, v. , p. 48-68.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 7, p. 25–41, 2003. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22047/14408>>.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIORDANO DELGADO, N.; PEREIRA LEITE, S.; BONNAL, P.. 2007, **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores locais**. OPPA/CPDA/UFRRJ,.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização: espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. **Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros**. 363p.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. - Curitiba: IPARDES, 2013

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documentos de Apoio, 2. Brasília: MDA, 2005.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 01/02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. A guinada territorial da economia global. **Política e Sociedade**, v. 8, n. 14, 2009.

PIERRI, N.; ANGULO, R.; SOUZA, M. DE; KIM, M. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 137–167, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/9849>>

SAMPAIO, C. A. C. Prefácio. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. de (Orgs.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: UFPR Litoral, 2011. p. 5-7.

SANTOS, B. C. C. **Governança em Projetos de Redução da Pobreza Rural no Pará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Administração, Belém, 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acidente de Trânsito 85, 89, 91

Agricultores 31, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 94

Atores 6, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 69, 78, 80

### D

Desenvolvimento Territorial 6, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 39, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 82, 83

Dinâmica pesqueira 41, 44, 54

### E

Educação socioambiental 56

### F

Floresta Atlântica 23, 28, 31

### G

Gestão 5, 6, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 40, 41, 42, 53, 54, 55, 67, 68, 69, 73, 76, 77, 78, 83, 89, 91

Governança Territorial 16, 17, 18, 19, 22, 25, 26

### H

História Ambiental 28

### I

Índice de tolerância. 98, 99, 100, 102, 110, 111, 112, 113, 115

### J

Juventude 85, 86

### M

Monitoramento pesqueiro 6, 41, 42, 53

### N

Nascentes 6, 31, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67

### P

Participação 6, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 46, 71

### Q

Qualidade da água 12, 31, 36, 56, 57, 58, 63, 64, 67

## **R**

Região Oeste do Paraná 6, 85

Roteirização Turística 6, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 82, 83

## **S**

Saúde 6, 10, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 85, 87, 88, 89, 90, 91

Segurança Hídrica 28, 30

Serra da Prata 28, 31, 35

## **V**

Violência 85, 87, 91, 92

